

DOIS NOVOS CRAQUES

O Acervo de Escritores Mineiros (AEM), que já conta com coleções de Henriqueta Lisboa, Murilo Rubião, Oswaldo França Júnior, Cyro dos Anjos e Abgar Renault, entre outros autores, está sendo reforçado pelos arquivos do crítico teatral Sábato Magaldi e do escritor Autran Dourado. De Sábato, a UFMG herdou uma das melhores bibliotecas da obra de Nelson Rodrigues; da família de Autran, o AEM receberá dois mil documentos e biblioteca com cinco mil volumes.

Página 8

Qualidade da
informação sobre
saúde publicada
em veículos de
comunicação é
debatida na UFMG

Página 5

ASFALTO SELVAGEM — I
ENGRAÇADINHA
SEUS AMORES E SEUS
PECADOS DOS 12 AOS 18

*É ela, a musa suprema,
e o Sábato, duas
figuras da minha
admiração.*
Nelson Rodrigues
Setembro de 1980

Exemplar de obra de
Nelson Rodrigues com
dedicatória para Sábato
Magaldi e para a esposa,
Edla van Steen

NAU sem RUMO em mar REVOLTO*

Dawisson Belém Lopes**

Nos últimos 20 anos, dois projetos de política externa foram postos em prática no Brasil.

FHC apostou em valores tipicamente associados ao mundo liberal: democracia, economia de mercado, abertura comercial e direitos humanos. Alinhou-se ideologicamente, assim, às nações da América do Norte e da Europa. A opção pelo cânone ocidental, apesar de evidente, acomodava nuances em seu interior. Seria exagerado tratar a política externa de Cardoso como puro adesismo.

Para projetar o Brasil no mundo, ele apoiou-se largamente no chamado “poder brando”, isto é, na construção de imagens positivas e na difusão de valores instrumentais ao país, sustentados por algum lastro material – seja a estabilidade macroeconômica, seja a higidez institucional, seja o respeito às principais normativas internacionais.

O próprio presidente, em pessoa, tomou para si a missão de representar o Brasil no exterior. Dessa maneira, alçou a diplomacia presidencial a um novo patamar. Cardoso tinha uma estratégia que, com erros e acertos, foi devidamente implementada. Como resultado, o país cresceu na escala internacional de nações.

Lula, por seu turno, rompeu com alguns dos pilares diplomáticos do seu antecessor. Buscou um caminho autonomista para a política externa. Tensionou o sistema de valores vigente, pregando a revisão da ordem mundial. Por intermédio do bloco BRICS, aproximou-se de países como Rússia e China – rivais da aliança liberal transatlântica, encabeçada pelos EUA.

Seu plano de ação envolveu menos conteúdo moral, mais investimento em “poder duro”. Aumentou significativamente, durante os seus mandatos, o gasto com as forças armadas, a máquina diplomática, os programas de cooperação internacional e a integração regional. O presidente mostrou-se, com o passar dos anos, um entusiasta da diplomacia

de mandatários. Se FHC havia sido o pioneiro, foi Lula quem mais empregou a tática.

Ainda que problemas houvesse aqui e acolá, esse projeto de política externa rendeu dividendos. O Brasil, que já despontava na gestão presidencial anterior, atingiu os píncaros na primeira década do século 21.

Os últimos anos, contudo, têm sido frustrantes.

Com Dilma Rousseff, houve a “normalização da curva”. Seu aparente desinteresse pelas temáticas internacionais, associado às circunstâncias demandantes da política doméstica, devolveu a diplomacia brasileira ao padrão de meados dos anos 1990.

Qual foi o plano de ação internacional de Rousseff nos cinco anos em que esteve à frente da Presidência da República? É difícil dizer. Houve muita ambiguidade e, para a maior parte dos intérpretes, omissão. Parece consensual o diagnóstico de que, entre 2011 e 2016, o Brasil declinou no imaginário ranking das nações.

A questão que se impõe, portanto, é a seguinte: como Temer pretende lidar com a diminuição da estatura internacional do país? Quase um ano após a mudança na chefia do Planalto, ainda é incerto o rumo que se seguirá nas relações internacionais.

Privilegiaremos a liga de Estados liberais, mesmo em face da eleição de Donald Trump nos EUA? Ou buscaremos o beneplácito de Rússia e China? Toleraremos as agressões aos direitos humanos no Irã, condenando-as apenas quando acontecerem na Venezuela? Engrossaremos o coro pela reforma do Conselho de Segurança da ONU ou, alternativamente, deixaremos a questão para os “cachorros grandes”? Abraçaremos a fórmula de comércio multilateral da Organização Mundial do Comércio (OMC) ou, em oposição, iremos atrás de acordos de preferências comerciais com a União Europeia e a Ásia-Pacífico?

Os sinais emitidos até o momento são

ambivalentes e não autorizam ilações ou juízos resolutos. Todavia, como diriam os anglo-saxões, “não dá para comer o bolo e, ao mesmo tempo, guardá-lo para depois”. Escolhas dilemáticas precisam ser feitas.

E não é só isso. O persistente silêncio brasileiro acerca de temas relevantes da agenda geopolítica – guerras cibernéticas, ameaças energéticas, perturbações ambientais, intervenções humanitárias, uso de drones e outros autômatos em combates – é um incômodo para a nossa população e o resto do mundo.

As notas do Ministério de Relações Exteriores à imprensa, além de lacônicas e pasteurizadas, não diferenciam as ênfases de cada governo – o anterior e o corrente – sobre essas polêmicas. Depois de um início retumbante, com dura condenação de bolívarianos e “passa fora” na Unasul, a voz do chanceler sumiu.

Alguém saberia afirmar, por exemplo, o que pensa a atual liderança do Itamaraty sobre o processo de paz na Colômbia? A crescente presença chinesa na América Latina? Os rumos da União Europeia após a saída do Reino Unido? A tragédia humana na Síria? A anexação ilegal da Crimeia? A degradação da situação no Sudão do Sul e no Iêmen?

Nossa história recente é pedagógica sobre os riscos do desengajamento internacional. Temer pode perseguir uma rota parecida com a de FHC ou, quem sabe, reviver Lula na diplomacia. Pode combinar aspectos de trajetórias pregressas ou inventar fórmula original. Só não pode abdicar de uma estratégia.

*Versão resumida deste artigo foi publicada no jornal Folha de S. Paulo, em 3/1/2017

**Professor de política internacional da UFMG, pesquisador do CNPq e autor de *Política externa na Nova República: os primeiros 30 anos* (Ed. UFMG, 2017)

Esta página é reservada a manifestações da comunidade universitária, por meio de artigos ou cartas. Para ser publicado, o texto deverá versar sobre assunto que envolva a Universidade e a comunidade, mas de enfoque não particularizado. Deverá ter de 5.000 a 5.500 caracteres (com espaços) e indicar o nome completo do autor, telefone ou correio eletrônico de contato. A publicação de réplicas ou tréplicas ficará a critério da redação. São de responsabilidade exclusiva de seus autores as opiniões expressas nos textos. Na falta destes, o BOLETIM encomenda textos ou reproduz artigos que possam estimular o debate sobre a universidade e a educação brasileira.

MÃOS à OBRA

UFMG começa a executar as diretrizes estabelecidas em relatório sobre a saúde mental de seus alunos, servidores técnico-administrativos e professores

Ewerton Martins Ribeiro

Já pode ser consultado no site da Pró-reitoria de Extensão (Proex) o relatório conclusivo dos trabalhos realizados pela Comissão Institucional de Saúde Mental (Cisme) da UFMG. O documento vinha sendo elaborado desde a 4ª Semana de Saúde Mental e Inclusão Social da UFMG, realizada em maio do ano passado.

O relatório será discutido com a comunidade universitária na 5ª Semana de Saúde Mental e Inclusão Social da UFMG, que ocorrerá no próximo mês, em data próxima ao Dia Nacional de Luta Antimanicomial. “Com o documento definido, a **Rede Saúde Mental da UFMG** poderá se dedicar a implantar as diretrizes estabelecidas para os diversos âmbitos da Universidade”, explica a professora Claudia Mayorga, pró-reitora adjunta de Extensão.

O documento apresenta uma concepção de Universidade acolhedora, flexível, acessível, inclusiva, solidária e disposta a conferir protagonismo às pessoas que vivem a experiência de sofrimento mental. O texto, que também está sintonizado com a Política de Direitos Humanos da UFMG, defende uma atuação em consonância com o Sistema Único de Saúde (SUS) e com os dispositivos legais que compõem e orientam os programas municipal, estadual e nacional de saúde mental.

As diretrizes indicadas no documento preconizam a construção permanente e participativa de uma política de atenção em saúde mental na Universidade, a promoção da desestigmatização e da despatologização do sofrimento mental, o incentivo à qualidade de vida e à construção de um ambiente “não adoecedor” e o enfrentamento da cultura de autoritarismo, individualismo e produtivismo na academia.

Com base nesses princípios, o documento traz uma série de sugestões de ações. “Como desdobramento, já estamos elaborando uma cartilha informativa sobre os setores da Universidade que podem ser procurados por estudantes, técnicos e professores que passam por alguma situação de sofrimento mental”, antecipa Claudia Mayorga.

A pró-reitora adjunta também conta que, no âmbito da Rede Saúde Mental da UFMG, foi criado um grupo de trabalho (do qual participam instâncias da Universidade que prestam serviços relacionados à saúde mental) para discutir formas de melhorar a atenção à comunidade universitária.

Pioneirismo

Claudia Mayorga destaca que o relatório indica uma política institucional alinhada com a Política Nacional de Saúde Mental. Suas diretrizes não se restringem ao âmbito da Universidade, mas buscam alcançar o trânsito que a comunidade universitária faz entre os campi e a própria cidade. Essa é uma das explicações para que o documento esteja sob a guarda da Pró-reitoria de Extensão, a despeito do envolvimento de diversas instâncias da UFMG nas discussões que nele resultaram. “Foram delimitadas diretrizes para uma política institucional intimamente conectada com a sociedade. No âmbito universitário, essa é uma ação pioneira no Brasil”, afirma a pró-reitora adjunta.

Para ter acesso ao relatório conclusivo dos trabalhos realizados pela Comissão Institucional de Saúde Mental (Cisme) da UFMG, o usuário deve entrar no site da Pró-reitoria de Extensão



Claudia Mayorga: cartilha informativa em processo de elaboração

(www.ufmg.br/proex), clicar em “Redes” e seguir até o intertítulo “Rede Saúde Mental”.

Assuntos estudantis

As primeiras ações realizadas em consonância com a política de saúde mental já começam a aparecer. A Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (Prae), por exemplo, instituiu o seu Núcleo de Escuta de Estudantes, cuja função é acolher, ouvir e orientar os discentes em suas diversas demandas – entre as quais, aquelas relacionadas à saúde mental. O núcleo é formado por três assistentes sociais, uma psicóloga e uma servidora técnica. A partir do atendimento inicial, esses profissionais buscam solução específica para a demanda de cada estudante, encaminhando-o para atendimento especializado, se necessário.

O pró-reitor de Assuntos Estudantis, Tarcísio Mauro Vago, explica que a criação do núcleo está intimamente relacionada com a evolução dos trabalhos da Comissão de Saúde Mental da UFMG. “A Prae surgiu em novembro de 2014 já com a preocupação de estabelecer uma política para a escuta dos estudantes, um acompanhamento mais próximo. Em 2015, foi instituída a Comissão de Saúde Mental da UFMG, com o foco na elaboração de uma política institucional para a área. Naturalmente, a Prae passou a integrar a Rede Saúde Mental, e os dois processos passaram a correr juntos, articulados”, justifica.

O contato com o Núcleo Prae de Escuta de Estudantes pode ser feito pelos e-mails nucleo@prae.ufmg.br e servicosocial@prae.ufmg.br ou pelos telefones (31) 3409-4178 e (31) 3409-3862. A Prae fica no segundo andar do prédio da Reitoria.

Coordenada pela Proex, a Rede Saúde Mental da UFMG reúne, entre outras instâncias, o Programa de Extensão em Atenção à Saúde Mental (Pasme), o Laboratório de Grupos, Instituições e Redes Sociais (L@gir), os departamentos de Desenvolvimento de Recursos Humanos (DRH) e de Atenção à Saúde do Trabalhador (Dast), o Núcleo Prae de Escuta de Estudantes e a Associação dos Usuários dos Serviços de Saúde Mental de Minas Gerais (Asussam).

MAIORIAS INFLADAS

Em artigo, doutorando da Ciência Política revela resultados de pesquisa sobre governos latino-americanos que se sustentaram em coalizões sobredimensionadas

Itamar Rigueira Jr.

A ideia de governo de coalizão foi desdenhada por Collor, depois da primeira eleição direta pós-ditadura. Lula iniciou seu primeiro governo, em 2003, com uma coalizão pequena. O presidente impedido em 1992 acabou sentindo muita falta de apoio no Congresso, e Lula precisou ampliar sua base, após o escândalo do mensalão, para manter a governabilidade. As coalizões são muito comuns na América Latina, inclusive em sua versão sobredimensionada, em que o presidente conta com maioria folgada no Congresso.

Esse tipo de coalizão é tema de artigo recém-publicado na *Brazilian Political Science Review* por Fernando Meireles, doutorando no Programa de Pós-graduação em Ciência Política da UFMG. Ele estudou 168 coalizões em 18 países, desde 1979, e constatou, por exemplo, que quanto maior a capacidade do presidente de legislar, maiores são as coalizões. “Diferentemente do que se pode pensar, prerrogativas constitucionais de ação sobre o Poder Legislativo, como medidas provisórias e pedidos de urgência, não implicam menor tendência às coalizões”, afirma Meireles.

Coalizões são formadas quando um presidente sem maioria no Congresso reúne outros partidos para aprovar leis de interesse do governo. Em troca, essas legendas participam diretamente da gestão, comandando ministérios e ocupando cargos diversos. Por um lado, como explica o pesquisador do Centro de Estudos Legislativos da UFMG, o presidente garante estabilidade, com maiores possibilidades de nomear parlamentares para cargos importantes do Congresso, como a Mesa Diretora e as comissões mais poderosas. Por outro lado, os partidos, à frente de pastas com grande capilaridade, têm a chance de aumentar seu capital político com obras e inaugurações em todo o país.

Primeiros 90 dias

De acordo com Fernando Meireles, na América Latina, em geral, é mais fácil formar coalizões nos primeiros 90 ou 100 dias de mandato, aproveitando a popularidade do mandatário recém-eleito. E é natural que, ao fim do período, os partidos queiram distanciar-se do governo, até mesmo para disputar as eleições seguintes com candidaturas próprias ou associados a projetos de outras legendas.

“Na história recente do Brasil, os presidentes que tentaram dispensar as grandes coalizões tiveram problemas. Sarney contou com supermaioria, e Collor chegou rompendo com essa lógica. Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso retomaram a prática da coalizão sobredimensionada. Lula tentou mudar, mas foi obrigado a retroceder. Dilma e Temer mantiveram as grandes coalizões”, lembra o cientista político. Ele acrescenta que, se um governo conta com larga maioria em um ano, as chances de que essa situação se mantenha no ano seguinte são de 80%: “Isso acontece mesmo com a mudança de governo, resulta de uma espécie de aprendizado.”

Ainda de acordo com o pesquisador, uma característica chama a atenção: o quadro partidário muito fragmentado favorece as coalizões sobredimensionadas. “Quanto mais partidos existem, mais partidos podem formar a coalizão. Com mais possibilidades de reunir aliados, o governo forma uma maioria que lhe dá margem mais ampla para negociar. E o poder de barganha das legendas menores diminui, na medida em que a ameaça de debandada de um ou dois partidos tem pouca influência sobre a força da coalizão”, comenta o cientista político.

Notáveis sem partido

Em alguns países da América Latina, conforme mostra o artigo de Fernando Meireles, as relações entre governo e parlamento se dão de forma diferente. No Chile, os partidos se reúnem tradicionalmente em duas grandes coligações – o que varia é o número de cadeiras que cada um deles conquista em cada ciclo eleitoral. As parcerias são ditadas por projetos conjuntos e vão além da coligação eleitoral. Na Bolívia, em 2003, uma crise de credibilidade entre os políticos, mesmo em um quadro de larga maioria, levou o presidente Carlos Mesa a romper com a lógica das alianças e recrutar notáveis, sem vinculação com partidos, para compor seu ministério.

Fernando Meireles utilizou modelos econométricos e mesclou estudos comparados com estudos de casos. Segundo ele, os dados são mais fartos nos países do Cone Sul e nos países andinos, mas muito escassos em algumas nações da América Central. Para compensar a falta de informações, ele cotejou trabalhos publicados e entrevistou especialistas. A pesquisa lança mão, sobretudo, de dados como número de cadeiras ocupadas pelos partidos, tempo de mandato, poderes legislativos do chefe de governo e número de forças políticas reais.

Para Fernando Meireles, a opção pelas coalizões é quase inevitável na América Latina. “Muitas vezes é difícil para o eleitor entender por que o presidente no qual ele votou precisa se aliar a tantos partidos, muitos deles de ideologias diferentes. Mesmo as bases dos partidos que chegam ao poder geralmente se opõem às coalizões. Quase sempre, no entanto, não há saída; essa é a forma de ter algum grau de manobra”, conclui Fernando Meireles.

Artigo: *Oversized government coalitions in Latin America*

Autor: Fernando Meireles, doutorando no Programa de Pós-graduação em Ciência Política

Publicado na *Brazilian Political Science Review* (V. 10, n. 3, 2016)



Plenário do Congresso Nacional do Brasil: coalizões tendem a ser formadas no início do mandato presidencial

INFORMAÇÃO ou MARKETING?

Em encontro na UFMG, Pesquisadores e jornalistas discutem riscos para o sistema de saúde provocados por matérias publicadas em veículos de comunicação

Ana Rita Araújo

Em painel com jornalistas realizado na última terça-feira, 4, na Faculdade de Farmácia, pesquisadores da UFMG e do Ministério da Saúde questionaram a publicação de textos jornalísticos sobre saúde que não contêm elementos suficientes para que o leitor consiga distinguir propaganda de informação real. O encontro foi uma das últimas etapas de preparação para o lançamento do projeto Media Doctor Brasil, que vai avaliar conteúdos da mídia nacional impressa e eletrônica.

Os pesquisadores alertaram para os danos potenciais de textos que, por não atenderem a critérios de interesse social, podem gerar uso indevido de medicamentos e ainda ser utilizados como peça de apoio a decisões judiciais de pagamento, pelo Sistema Único de Saúde (SUS), de tratamentos cujos benefícios não foram comprovados, o que se tem tornado comum no país, sobretudo nos casos de doenças raras.

Convidados a opinar sobre a metodologia do projeto Media Doctor de avaliação das matérias, jornalistas presentes no encontro argumentaram que a rotina das redações impõe limites como tempo, espaço físico – no caso de veículos impressos – e sobretudo dificuldade de contato rápido com especialistas que se disponham a avaliar a tecnologia ou o produto em pauta. A discussão gerou a proposta de criação de banco de contatos de especialistas da Rede Brasileira de Avaliação de Tecnologias em Saúde (Rebrats), que reúne órgãos gestores e instituições de ensino e pesquisa.

Participaram do painel jornalistas dos jornais Estado de Minas e Folha de S. Paulo, da revista IstoÉ, da Rádio Inconfidência, do Portal G1, da TV Globo, dos conselhos federais de Farmácia e Medicina e da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (Conitec).

Judicialização

De acordo com o professor Augusto Guerra, que coordena o Centro Colaborador do SUS para Avaliação de Tecnologias e Excelência em Saúde (CCates), sediado na Faculdade de Farmácia, a judicialização para fornecimento de novos medicamentos pelo SUS vem crescendo, o que demonstra a necessidade de atenção às pautas relacionadas à saúde, com o intuito de observar

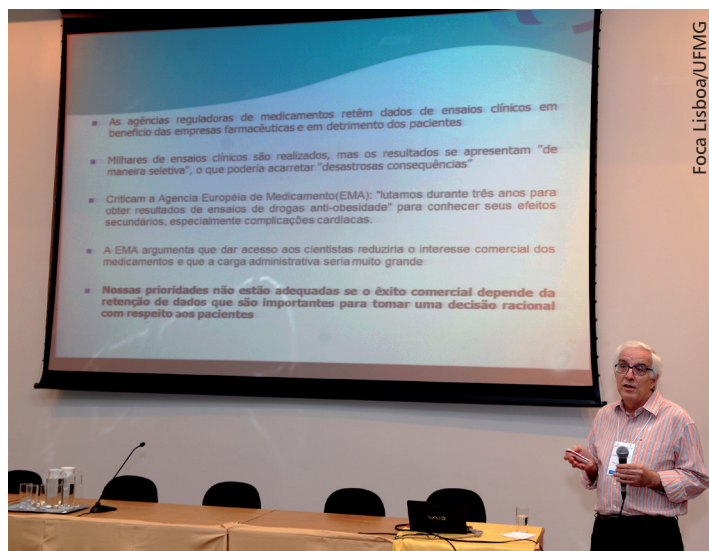
se o assunto é levado ao consumidor final e ao prescritor com o propósito de divulgação científica ou como ação de marketing do mercado farmacêutico brasileiro, que está entre os cinco maiores do mundo.

De acordo com o professor, essa estratégia tem causado grandes danos ao sistema público de saúde, quase sempre sem benefícios reais para os pacientes, uma vez que, ao serem noticiados, novos procedimentos ganham status de fato consumado. “O fato vira prescrição e pode se transformar em decisão judicial, o que retira dos cofres públicos dinheiro que seria aplicado em todos os outros tratamentos”. Guerra discorda da ideia de que a divulgação de novos procedimentos, mesmo em abordagens superficiais, seja sempre do interesse do cidadão.

Para a pesquisadora Renata Nascimento, que coordena com Augusto Guerra o projeto Media Doctor, o texto jornalístico sobre saúde “não é uma matéria qualquer. Portanto, se não há tempo ou espaço suficientes para prestar todos os esclarecimentos necessários, talvez seja melhor trabalhar o conteúdo posteriormente”.

A médica Clarice Petramale, da secretaria executiva do Ministério da Saúde, afirmou que notícias que divulgam superficialmente benefícios de medicamentos e outras terapêuticas podem causar sofrimento, ao gerar falsas esperanças para famílias em que haja casos de doenças raras. “Há uma ingenuidade ao se acreditar que essas notícias não terão impacto. Mas nada é inocente, quem oferece a pauta tem algum interesse”, alerta.

Como avaliador do CCates, Augusto Guerra citou caso de pedido judicial baseado em pesquisa segundo a qual determinado medicamento para câncer renal e hepático ofereceria ganho de 100% de sobrevida a pacientes em estágio avançado da doença. O tratamento custaria R\$ 150 mil por paciente.



Professor Francisco Acúrcio discorreu, em sua palestra, sobre descobertas científicas e geração de evidências

Atenta ao método estatístico utilizado, a equipe do CCates percebeu que o aumento de sobrevida prometido era de três para seis meses, com qualidade de vida inaceitável, pois o medicamento causava fortes e variados efeitos colaterais. “Muitas vezes, o argumento utilizado é estatisticamente significativo, mas clinicamente irrelevante”, enfatiza.

Evidências

Segundo Renata Nascimento, os ensaios clínicos desenvolvidos pelo laboratório fabricante para o lançamento de um novo produto mostram a eficácia, ou seja, como o medicamento se comporta em uma condição controlada. “Quando vai para o mundo real, em que há pessoas com diferentes perfis, idades e possibilidades de adesão ao tratamento, a resposta ao medicamento pode ser diferente – trata-se, nesse caso, de efetividade”, esclarece.

A pesquisadora explica que a medicina baseada em evidências busca resultados de efetividade, por meio de estudos como coortes e ensaios prolongados, com o objetivo de conhecer a eficácia e a segurança dos produtos. Na palestra *A descoberta científica e a geração de evidências para uso pela população*, o professor Francisco de Assis Acúrcio, que integra o CCates, mostrou aos jornalistas que há distorções até mesmo na divulgação de ensaios clínicos pelos laboratórios, pois nessa área “não se publica tudo o que se sabe”.

MAIS INCLUSÃO

Mestrados e doutorados vão reservar vagas para negros, indígenas e pessoas com deficiência a partir de 2018

Da redação

A UFMG está implantando uma política de ações afirmativas para a inclusão de negros, indígenas e pessoas com deficiência nos seus cursos de pós-graduação *stricto sensu*. Com a medida, percentuais de vagas serão reservados nos processos seletivos de cada programa de mestrado, mestrado profissional e doutorado a partir do primeiro período letivo de 2018.

A decisão foi tomada, por unanimidade, no último dia 4, pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe) da UFMG, seguindo determinação da portaria normativa 13, de maio de 2016, que “dispõe sobre a indução de ações afirmativas na pós-graduação” da Universidade, e de outras legislações nacionais que tratam de inclusão e de igualdade de oportunidades e condições de acesso.

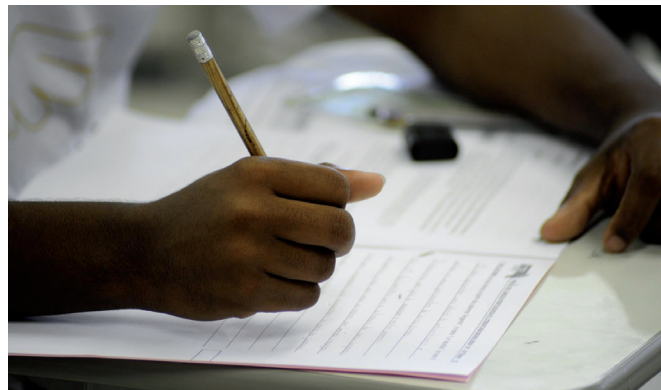
A mudança é consequência do trabalho que vem sendo realizado desde outubro de 2016 por comissão constituída para tratar especificamente desse tema e elaborar uma proposta de resolução sobre o assunto. Segundo a pró-reitora de Pós-graduação, Denise Trombert, que presidiu os trabalhos, a comissão buscou elaborar “uma proposta institucional que equilibrasse a necessidade de inclusão com as particularidades da Pós-graduação na UFMG, considerando toda a diversidade de atores e processos”.

O reitor Jaime Ramírez destaca a importância de estender à pós-graduação a política de inclusão que caracteriza a Universidade: “A UFMG dá continuidade a seus esforços para promover igualdade de acesso e oportunidades em todas as suas atividades, respeitando a legislação e adaptando seus processos e rotinas para acolher pessoas que têm, historicamente, menos chances de ingressar e de se manter em uma instituição de ensino superior com a qualidade da nossa”.

O que muda

A partir do próximo ano, os programas de pós-graduação *stricto sensu* deverão separar de 20% a 50% das vagas disponíveis para candidatos que se autodeclararem negros (pretos e pardos, segundo nomenclatura e classificação oficial). A percentagem máxima corresponde à proporção de negros na população brasileira.

No caso dos indígenas e das pessoas com deficiência, os cursos de pós-graduação *stricto sensu* deverão criar uma vaga suplementar para cada grupo. Nesses casos, os processos



Foca Lisboa/UFMG

De 20% a 50% das vagas serão destinadas a candidatos que se autodeclararem negros

seletivos sofrerão adaptações para atender às necessidades de indígenas que não dominam a língua portuguesa e de surdos que demandam tradução para a Língua Brasileira de Sinais (Libras), entre outros casos.

Denise Trombert afirma que a proposta de resolução também prevê a garantia de suporte e adaptações necessárias aos alunos que ingressem por meio de reserva de vagas, para que possam cursar o mestrado e o doutorado em igualdade de condições com aqueles que se inscrevem na modalidade de ampla concorrência. Os colegiados dos cursos coordenarão essas ações inclusivas.

[Versão condensada de matéria publicada no Portal UFMG, seção Notícias da UFMG, em 05/04/2017]

APOIO ao PROTAGONISMO

UFMG lança chamadas para apoiar projetos de estudantes

Pelo segundo ano consecutivo, estudantes de graduação estão sendo estimulados a enviar propostas de projetos de ações afirmativas e acadêmicas para serem executados com apoio financeiro da UFMG, por meio de duas chamadas lançadas pela Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (Prae). As propostas para as duas modalidades devem ser enviadas até 5 de maio.

De acordo com o pró-reitor de Assuntos Estudantis, Tarcisio Mauro Vago, a iniciativa é uma evidência de que a Universidade acredita no potencial dos estudantes para coordenar e executar projetos concebidos por eles. “Essa nossa aposta foi comprovada no ano passado. Recebemos mais de 50 projetos inscritos nas duas modalidades, e nossa dificuldade foi escolher, entre as propostas apresentadas, quais seriam sele-

cionadas para receber aporte financeiro. Por fim, reorganizamos o orçamento e selecionamos 35 propostas distribuídas entre as duas chamadas, 15 acima do total previsto. Todos esses projetos foram realizados e apresentados na Semana do Conhecimento de 2016”, afirma.

Chamadas

A Resolução nº 17/2015, do Conselho Universitário da UFMG, define como projetos de ação afirmativa aqueles que têm o objetivo de combater desigualdades e enfrentar discriminações, como racismo, sexismo, machismo, homofobia, transfobia, capacitismo. Podem ser financiadas, nessa modalidade, atividades como ciclos de estudos, colóquios, conferências, congressos, debates, exposições, fóruns, mesas-redondas, palestras, workshops e

similares. A chamada está disponível neste documento em pdf: <http://bit.ly/2o47C81>.

Na chamada para iniciativas acadêmicas estudantis, podem concorrer projetos técnico-científicos e artístico-culturais. As propostas precisam estar articuladas a estudos, pesquisas e ações de ensino e extensão desenvolvidas nas unidades da UFMG, em todas as áreas do conhecimento, e devem ter aprovação do colegiado do curso de graduação do estudante proponente e da diretoria da unidade acadêmica correspondente. A chamada está disponível em <http://bit.ly/2o47NAa>.

Serão contempladas dez propostas em cada uma das duas categorias, que vão receber apoio de até R\$ 2 mil. Esse valor deverá ser utilizado para financiar diárias, passagens aéreas, aluguel de equipamentos, material de divulgação e compra de produtos.

CIÊNCIA DE ALIMENTOS

Estão abertas, até 2 de maio, as inscrições para o mestrado presencial em Ciência de Alimentos da UFMG. São ofertadas seis vagas para o segundo semestre letivo deste ano, distribuídas entre as linhas de pesquisa do Programa de Pós-graduação em Ciência de Alimentos: Qualidade de Alimentos; Química e Bioquímica de Alimentos; Nutrição, Alimentação e Saúde. O edital pode ser consultado em www.farmacia.ufmg.br/selecao-ppgca/. Mais informações podem ser obtidas pelo telefone (31) 3409-6910 e pelo e-mail colposalm@farmacia.ufmg.br.

CAMPANHA DAS PERUCAS

Professores e alunos da Escola de Enfermagem estão promovendo a quarta edição da campanha de arrecadação de lenços, perucas, bonés e chapéus para pacientes oncológicos. As doações, que devem ser depositadas até 19 de maio em caixa instalada no segundo andar da Unidade, serão entregues a pacientes que passam por quimioterapia no Ambulatório Borges da Costa do Hospital das Clínicas.

A iniciativa é coordenada pelas professoras Ana Lúcia De Mattia e Giovana Paula Rezende Simino, responsáveis pela disciplina *Prevenção e controle do câncer: uma abordagem holística*, em parceria com a Liga Acadêmica de Enfermagem em Oncologia (Laeo).

PENSAR A EDUCAÇÃO

A última edição do periódico *Pensar a Educação em Revista* apresenta uma revisão de literatura sobre a história do currículo, com foco nos percursos pelos quais o tema foi analisado por diferentes correntes teóricas.

Escrito pelo professor Marcus Aurélio Taborda de Oliveira, um dos artigos da edição, intitulado *Os estudos históricos sobre o currículo e as disciplinas escolares: das preocupações com as práticas escolares para o mundo da pesquisa acadêmica*, aborda o desafio, segundo o autor, de “revisitar alguns marcos da produção no âmbito da História do Currículo e das Disciplinas Escolares para, ao vermos atualizado o debate sobre definição curricular, pensarmos na trajetória histórica percorrida por essa delicada questão eminentemente política”.

A íntegra da edição está disponível em www.pensaraeducacaoemrevista.com.br. A publicação é editada pelo Projeto Pensar a Educação, Pensar o Brasil – 1922-2022.



Foca Lisboa/UFMG

Cozinha do Setorial II: primeira grande reforma desde a construção do salão Ocre, em 1990

MODERNIZAÇÃO DO SETORIAL II

Revestimentos nas paredes e piso renovados, substituição de caldeiras por geradores a vapor, nova iluminação, compra de equipamentos para preparação de alimentos, como fritadeiras, frigideiras e panelões. Essas são algumas das novidades da área de produção do Restaurante Setorial II, no campus Pampulha, implantadas de janeiro a março.

Desde a fundação, em 1979, essa é a primeira grande reforma do Setorial II após a construção do segundo andar (salão Ocre), na década de 1990. Entre as mudanças, uma das mais significativas é a substituição das caldeiras a vapor, responsáveis pela geração de energia para o funcionamento das panelas, por geradores a vapor, mais modernos, seguros e menos poluentes. As caldeiras antigas eram alimentadas por um óleo de refugo da indústria, derivado do petróleo. As novas máquinas produtoras de vapor, por sua vez, são movidas pela queima do gás de cozinha comum.

A área de produção do RU, administrado pela Fundação Universitária Mendes Pimentel (Fump), também recebeu frigideiras, fritadeiras, panelões e *palets*. Os vestiários dos funcionários ganharam armários, e a iluminação tornou-se mais eficiente. Piso, canaletas, grelhas e a rede elétrica, que agora possui proteção contra choques elétricos, foram substituídos. A rede hidráulica também foi revitalizada, e o ambiente ganhou nova pintura.

BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS

Integrantes da Comissão Brasileira de Bibliotecas Universitárias (CBBU) se reuniram no prédio da Biblioteca Universitária da UFMG, no dia 29 de março. “O objetivo principal da reunião foi planejar as ações da Comissão com base nas propostas que apresentamos em nossa candidatura”, afirma Wellington Marçal de Carvalho, diretor do Sistema de Bibliotecas da UFMG e presidente da CBBU.

Durante o encontro, foi planejada a criação do site da Comissão e do tutorial de filiação. Também foram discutidos critérios para definir o valor da anuidade e atividades que serão promovidas pela CBBU em dois eventos da área: o Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, em 2017, e o Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias, em 2018.

PINTURA E IMAGEM TÉCNICA

O servidor técnico-administrativo da UFMG Rubens Estevão, bacharel em Artes Visuais pela Escola de Belas Artes, faz uma leitura da relação entre pintura, imagem técnica e representação da realidade na exposição *Anamnese*, aberta ao público até 30 de abril, na Galeria de Arte Copasa.

A mostra reúne estudos e esboços, que eventualmente se desdobram em projetos de pinturas, com base na apropriação de imagens do cotidiano coletadas em jornais impressos, revistas e na internet. Em suas obras, Estevão explora o conceito de pintura pela pesquisa de materiais e faz uso variado de técnicas, formatos e suportes.

Além de utilizar madeira e papel como suporte, o artista recorreu a radiografias, recurso que inspirou a escolha do título *Anamnese*, que além de ser um termo médico que designa a entrevista realizada pelo profissional de saúde com o enfermo, pode também significar “trazer de novo à memória”.

A Galeria de Arte Copasa fica na Rua Mar de Espanha, 525, bairro Santo Antônio.

REFORÇO para o ACERVO

UFMG recebe arquivos do crítico teatral Sábato Magaldi e do escritor Autran Dourado

Ewerton Martins Ribeiro

O Acervo de Escritores Mineiros da UFMG (AEM) recebeu, no fim do mês de março, o acervo do professor e crítico teatral Sábato Magaldi, que morreu em julho do ano passado. Formalizada ainda em vida, a doação foi realizada pela escritora Edla van Steen, viúva do crítico. Nas próximas semanas, o AEM também vai acolher o acervo do escritor Autran Dourado, que está sendo trazido para a UFMG graças ao apoio da Fapemig.

“O acervo de Sábato é importantíssimo para a área dos estudos teatrais. A sua biblioteca é única, há ali inúmeras obras raras. Provavelmente, entre seus livros está a melhor biblioteca sobre Nelson Rodrigues”, exemplifica o professor Marcelino Rodrigues da Silva, diretor do Acervo de Escritores Mineiros e do Centro de Estudos Literários e Culturais da Faculdade de Letras.

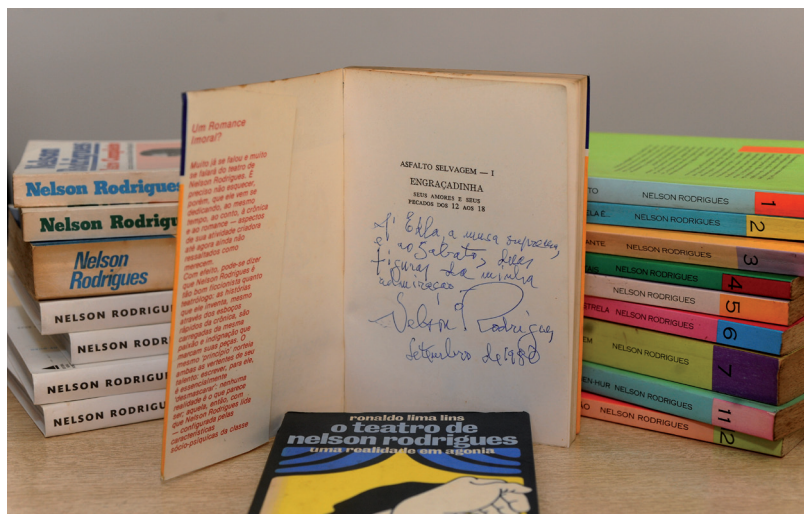
De Sábato, o AEM recebeu, além de seis caixas de documentos – que contam com correspondências importantes, ainda não catalogadas –, o fardão e a espada do intelectual, que foi membro da Academia Brasileira de Letras, e objetos do seu ambiente de trabalho (mesa, cadeira e máquina de escrever). Também já estão em posse da UFMG alguns milhares de livros que compunham a biblioteca do teatrólogo. Agora, o trabalho dos profissionais do Acervo será o de contabilizar, organizar e catalogar todo o material recebido.

A doação dos arquivos foi intermediada por Wander Melo Miranda, professor aposentado da Faculdade de Letras e coordenador do projeto do Acervo de Escritores Mineiros. O secretário de Estado de Cultura, Angelo Oswaldo, facilitou os contatos com a família de Sábato. Assim que estiver catalogado, o acervo estará à disposição de pesquisadores interessados em perscrutar sua produção crítica.

Prata da casa

Ex-aluno da UFMG, Autran Dourado deixou registrado em testamento o desejo de que o seu acervo intelectual ficasse sob a guarda da Universidade após sua morte. Seus arquivos devem chegar à UFMG na segunda quinzena de abril. A negociação que resultou na vinda do acervo envolveu várias pessoas, entre elas o escritor e crítico Silviano Santiago, que propiciou as primeiras conversas com a família.

“Autran é um escritor importantíssimo”, afirma o professor Reinaldo Marques, que também participou do processo de aquisição. “Fiz minha dissertação de mestrado sobre ele; vários acadêmicos



Exemplares da biblioteca sobre Nelson Rodrigues formada por Sábato Magaldi

desenvolveram trabalhos sobre sua obra. Em meados dos anos 1980, ele era um autor ‘cult’ nas universidades. Contudo, nos anos 1990, deu uma sumida. A chegada de seus arquivos possibilitará que sua obra seja lida e revitalizada à luz do contemporâneo”, afirma.

O arquivo do escritor conta com cerca de dois mil documentos e uma biblioteca com cinco mil volumes, alguns raros. “E há documentos importantes relativos ao período em que Autran Dourado foi secretário de imprensa do presidente Juscelino Kubitschek, de 1958 a 1961, além de fontes documentais com potencial para incrementar pesquisas de crítica genética sobre sua obra e estudos de crítica biográfica e de recepção crítica”, acrescenta Reinaldo Marques.

Wander Melo Miranda, que também trabalhou pela vinda do acervo, reitera a importância desse patrimônio literário. “Autran é um dos mais importantes escritores brasileiros modernos. Não poderia haver lugar mais adequado para acolher seus livros e documentos que o Acervo de Escritores Mineiros da UFMG. Além de ter nascido em Minas, tema central de sua obra, Autran foi aluno da Universidade.”

Em conjunto com Eneida Maria de Souza – emérita da Faculdade de Letras, que, assim como Reinaldo Marques, fez sua dissertação de mestrado sobre Autran –, Wander Melo Miranda começa agora a investir na organização das cartas do autor. “Entre os seus originais, há correspondências com escritores, críticos, políticos e personalidades da área cultural. É um material vasto e importante”, afirma.